

A EMERGÊNCIA POLÍTICA E CULTURAL DO GRUPO INDÍGENA JENIPAPO-KANINDÉ E SUAS RELAÇÕES COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS.

Ticiane de Oliveira Antunes*

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar as ligações entre o movimento indígena Jenipapo-Kanindé, com as políticas públicas, a partir de um reelaboração cultural do sentimento de pertença do grupo em questão. Tudo isso, como pano de fundo de uma abordagem da atual situação do Estado brasileiro numa perspectiva neoliberal, onde seu alcance social é limitado pela influência mercadológica das práticas políticas.

Palavras-Chave: índio, etnia, política, identidade e mercado.

ABSTRACT

The purpose of this article is to analyze the relations between Jenipapo-Kanindé Indian Movement with the Public Politics. It starts with a cultural re-elaboration of the self-identification feeling of this group. All that, as a conjuncture of an approach of Brazilian State's current situation into a neoliberal perspective, where its social reach is limited for politics backgrounds' commercial influence.

Keywords: indian, politics, trade, identity and ethnic.

1 INTRODUÇÃO

Quando iniciamos uma reflexão acerca do “índio” brasileiro, de imediato, a construção mental que nos recorre é a de um indivíduo com pele pintada, corpo travestido de penachos coloridos, quase desnudo. Geralmente uma figura robusta, dotado de coragem, força e uma pureza “selvagem”, típica dos que vivem isolados no meio da floresta inóspita, local mitológico que salvaguarda a inocência de um povo distanciado da nossa realidade. Outrossim, é comum a sociedade conceber a realidade de um silvícola insolente e preguiçoso que não resistiu ao “genocídio” e ao “etnocídio” coercitivo do banco colonizador, conseqüentemente desaparecendo das estatísticas da população. Obviamente, nossa concepção revela uma forma estereotipada, simplória e romantizada do índio em questão, pois está acostumada aos filtros de uma pseudo-civilização, reforçada por uma educação tradicionalista.

*Professora. Mestranda - Mestrado Acadêmico de Políticas Públicas e Sociedade - Universidade Estadual do Ceará.

Nos primeiros anos de formação em História do Brasil, várias gerações estão acostumadas a aprender que os “tipos” acima descrito são elementos formadores do autêntico brasileiro. A união das três raças plúrais e formadoras de nossa nação é uma tradição ainda remanescente dos governos populistas, inaugurada por Vargas e continuada pelos governos militares¹.

...o elemento forte [...] será o da mestiçagem, que tinha sido apropriado pelo regime de Getúlio Vargas. Se nos anos 30 a preocupação era com a valorização racial, o tom (da política da ditadura militar) é o da pluralidade cultural advinda da miscigenação entre as raças. Como foi dito existe uma preocupação da ideologia da Segurança Nacional em garantir a unidade do país. Diante da indiscutível variedade regional, a saída é apontar a mestiçagem como emblema da diversidade na unidade. (BARBALHO, 1998)

Essa percepção modelo do indígena é, provavelmente, reflexo de ações educacionais e culturais vigentes em toda história política brasileira, estruturada pelo poder público institucionalizado. Dessa forma, o Estado vêm coadunando atitudes definitivas para a concepção que o brasileiro faz de si mesmo, imaginando-se amálgama do mosaico cultural de origem.

Baseado nessas observações iniciais, é nosso objetivo, neste artigo, suscitar questionamentos inerentes à imagem cultural que o indígena assume na sociedade atual, usando como pano de fundo a etnicidade dos índios cearenses Jenipapo-Kanindé. Dessa forma, entendemos que a afirmação cultural do grupo, em torno de uma pertença étnica indígena, norteia a luta política no qual estão inseridos. Outra intenção aqui almejada é apontar a relação que este movimento social alicerça com as políticas públicas voltadas para a questão da identidade indígena referenciada, por exemplo, na constituição de 1988. Lei primordial das ações estatais, indicativo das perspectivas que o Estado brasileiro objetiva em relação ao movimento político étnico. A partir dos valores elencados na Constituição pretendemos entender como se estabelece novas formas de organizações internas, configuradas em associações e conselhos coletivos, tudo isso partindo do ideal de pertença étnica, ligado a garantia de direitos suscitados a partir da posse ancestral da “terra”. Tal conjectura pretende ser o elemento nodal das análises aqui levantadas, que não pretendem ser conclusivas, nem muito menos definitivas.

2 A RELAÇÃO ENTRE O ESTADO E OS NOVOS PODERES ADVINDOS DA PLURALIDADE.

¹A idéia de uma educação voltada para a constituição de uma nação harmônica, unificada pela pluralidade das três raças formadoras de uma identidade brasileira é assunto bastante recorrente. Principalmente na literatura erudita produzida por intelectuais, bem como nas políticas públicas educacionais e culturais desde os anos estadonovistas, como mostra Alexandre Barbalho (1998), ao realizar estudo sobre as relações entre Estado e Cultura no Brasil. Tal assunto é devidamente contemplado pelo autor no capítulo primeiro de seu livro.

Ao contrário do que se pensa genericamente, o bombardeio de informações mercadológicas, potencializado pelos avanços tecnológicos não determina a homogeneização da ordem social. Essa conclusão apressada, capta somente parte do que está acontecendo. O mundo globalizado por padrões econômicos capitalistas, reverbera na unificação ideológica e conseqüente controle social. Porém, essa configuração não se finda na acepção que todos os grupos formadores plurais de uma sociedade são dominados e agem pela automação manipulada. Na realidade, a sociedade é bem mais complexa que isso. Michel de Certeau percebe que as relações de poder se configuram num jogo que está em freqüente rearranjo, isso possibilita uma reelaboração de padrões culturais que não significa somente a sujeição da classe dominada pela classe dominante. Por muitas vezes, esses arranjos camuflam acordos e intercâmbio pacíficos ou negociados.

Do ponto de vista cognitivo, vários conceitos consagrados pelas ciências humanas passam por crises existenciais, por conta do caráter de transição e indefinição que vivemos em nossa contemporaneidade. Reflexo de um momento niilista, o mundo globalizado, segundo Renato Ortiz “é um processo ainda em construção” (ORTIZ, 1994). Por exemplo, a velha percepção moderna de Estado-Nação, baseado em limites de fronteiras geográficas está sendo questionada por não dar conta de novos arranjos culturais entre indivíduos, que criam categorias de relações sociais que perpassam os mapas geopolíticos mundiais. O que este autor percebe é que os interesses de aglutinação social estão sendo modificados.

Portanto, a cultura tem papel fundamental para a observação das novas relações sociais em todas as perspectivas, principalmente, no que aqui propomos que é a análise das ligações entre o movimento indígena Jenipapo-Kanindé, com as políticas públicas, a partir de um reelaboração cultural do sentimento de pertença do grupo em questão.

O novo Estado regulador encontra-se reformulado e inserido nessa rede de complexidade plural, que gera o todo determinante de suas ações políticas. Essa perspectiva descentraliza o jogo político, possibilitando atitudes atuantes de poderes localistas, que se edificam na nova ótica cultural baseada em arranjos identitários.

Em um mundo de redes globais, aculturais e transacionais, as sociedades tendem a se voltar para as identidades primárias e a construir ou reconstruir as instituições como expressão destas identidades. Por isso presencia-se, simultaneamente, uma crise do Estado-nação e a explosão de nacionalismos e regionalismos. O objetivo da maioria dos nacionalismos é construir um novo Estado-nação baseado na identidade e não somente na herança histórica do controle territorial. [...] Ele se caracteriza por partilhar a autoridade (ou seja, a capacidade institucional de impor uma decisão) ao longo de uma rede de instituições. Nos processos de tomada de decisão, o Estado-nação se relaciona com instituições supra nacionais de diferentes tipos e em diferentes âmbitos, assim como com instituições locais e regionais e até com ONGs. Esse tipo de Estado parece ser mais adequado para processar a complexidade

crescente de relações entre o global, o nacional e o local, e entre a economia, a sociedade e a política na era da informação. (DUPAS, 2001)

Relacionando essa nova figuração do Estado brasileiro em relação a sua descentralização de governabilidade, temos como movimento social em emergência a organização do povo indígena Jenipapo-Kanindé. Através de sua “luta”, a comunidade jenipapo tem alcançado conquistas significativas do ponto de vista dos direitos sociais. Afinal, como vimos, é característica da realidade contemporânea à ascensão de poderes locais. Logicamente essas afirmações podem ser questionadas, por conta da dinamicidade e complexidade de nossos tempos, bem como do jogo político constituído na reelaboração cultural. Este escrito, como já foi dito, não ambiciona fechar conceitos, mesmo porque a pesquisa está em andamento, sujeita, portanto a modificações freqüentes.

3 O MOVIMENTO INDÍGENA JENIPAPO-KANINDÉ E SUA RELAÇÃO COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS.

As percepções até aqui apresentadas foram delineadas durante pesquisa iniciada ainda nos tempos da graduação², quando tomamos contato com o povo indígena Jenipapo-Kanindé do Ceará. Tal grupo está inserido num processo de afirmação étnica e conseqüente busca pela garantia dos direitos legitimados pela atual Constituição, desde a década de oitenta. A comunidade é formada por 76 famílias e 300 moradores da reserva chamada “Lagoa da Encantada”, pequeno lugarejo pertencente ao município cearense de Aquiraz. Sua líder local é Maria de Lourdes da Conceição, mais conhecida por cacique Pequena. O grupo já foi reconhecido, porém ainda espera pelo demorado processo de demarcação de seu território, ainda não finalizado.

Como é possível constatar em bibliografia³ analisada alhures, nota-se que, ao longo dos últimos doze anos, a condição de vida do povo indígena em questão vem melhorando, com algumas conquistas no que tange aos direitos que sua etnicidade reconhecida garante. Percebemos que o perfil social e econômico se modificou claramente. Até os últimos anos da década de oitenta, as pessoas que residiam na “Encantada” eram geograficamente isoladas, somente uma trilha ligava a comunidade à rodovia mais próxima.

²ANTUNES, Ticiane de O. Jenipapo-Kanindé. O ser índio, através das histórias encantadas.

³Em levantamento bibliográfico, foram encontrados quatro trabalhos sobre a comunidade indígena Jenipapo-Kanindé. Neles os autores descreveram as condições de vida em que se encontravam o grupo. O primeiro apenas cita os indivíduos moradores da comunidade da Encantada, como donos de um modo de viver bem diferenciado do resto da população. Porém, não é um estudo específico sobre indígenas, é um relatório encomendado ao NUGA (Núcleo de Geografia Aplicada – UFC) feito por pesquisadores universitários. O trabalho tinha como finalidade realizar um estudo geográfico de toda a região de Aquiraz, data de 1984. O segundo é uma Dissertação de Mestrado em Sociologia, (UFC) da autora Roselane Gomes Bezerra, intitulada *O Despertar de uma Etnia: o Jogo do (Re) conhecimento da Identidade Indígena Jenipapo-Kanindé*, 1999. Posteriormente encontramos outra dissertação, de Carlos Kleber Saraiva de Sousa: *Identidade, Cultura e Interesse: A Territorialidade dos Índios Jenipapo-Kanindé do Ceará*, 2001.

Viviam em casas de taipa, sem energia elétrica, sem água potável, sem esgoto e sem escola.

Atualmente, existe uma estrada transitável, ligando a comunidade às demais localidades. As residências, em sua maioria, são de alvenaria. Segundo depoimentos, essa conquista é relativamente recente, graças a uma doação de material para a construção de 44 moradias na última gestão municipal de Aquiraz, feita pela prefeita reeleita Ritelza Cabral. As residências possuem ligação elétrica há três anos, encanamento hidráulico ainda escasso (somente 12,5% podem contar com água encanada) e, 70,8 % das casas conseguem água por intermédio de poços, sendo que 80,3% das famílias possuem fossa asséptica⁴. Após o reconhecimento do grupo como portador de uma identidade indígena, a Secretaria de Educação construiu uma escola com ensino diferenciado, cujos professores são indivíduos da própria comunidade. Hoje todas as crianças estão na escola, no período da manhã e da tarde. O ensino da noite restringe-se aos mais velhos. Como resultado desse processo, 57,1% dos indivíduos, entre crianças e alguns idosos, são alfabetizados. Vale ressaltar que um ônibus escolar municipal faz o transporte de estudantes locais, nos três turnos, até a escola de ensino médio situada no município vizinho. Em junho de 2006 foi celebrado um acordo entre a Prefeitura de Aquiraz e o governo federal para a construção de uma Casa de Apoio, onde irá funcionar ambulatorios com atendimento médico e odontológico.

A tribo sofreu e sofre dificuldades diárias como a poluição da maior lagoa local pela indústria “Ypioca”, grande produtora de aguardente, cuja a sede situa-se próximo ao nascedouro da lagoa, tal localização contribui para a deposição de um elemento químico, chamado vinhoto que mata peixes e prejudica a alimentação já deficitária. Outro grande incômodo é a degradação do prédio, onde funciona a Escola Diferenciada, cujo teto está danificado, as encanações dos banheiros entupidas, bem como existe a freqüente falta de energia. Outra problemática é a escassa possibilidade de renda e emprego, especialmente para os mais jovens, que pela ociosidade ficam sujeitos ao uso de drogas muito precocemente, por isso o alcoolismo é comum na “Encantada”, mesmo sendo proibido a comercialização desses produtos dentro da comunidade.

Acho que a gente precisa desenvolver novos projetos de geração de emprego e renda, investir na agricultura irrigada e ter outras ocupações para as mulheres. Claro que temos de continuar fazendo colares, para manter nossa tradição, mas também precisamos aprender outras atividades, diz a cacique. (O POVO - 15/06/2006)

Embora as dificuldades ocorram amiúde é notável que, após o reconhecimento étnico do grupo, e sua conseqüente organização em torno do movimento indigenista,

⁴Os números citados estão em: COSTA, Flávio Nogueira da. *Vida Desencantada*: ameaças ao modo índio de viver dos Jenipapo-Kanindé e a promoção de saúde. Op.Cit. p. 54 a 64

melhorias estão se configurando. Isso tudo é compreendido dentro de uma conjuntura nacional, onde a garantia dos direitos indígenas foi assegurada pela Constituição Brasileira de 1988. Tal fato é o estímulo maior da consolidação das conquistas de políticas públicas que garantam a sobrevivência de um grupo etnicamente reconhecido.

4 CONCLUSÃO

Sabemos que a cultura hoje movimenta uma gama enorme de negociatas e seu processo de mercantilização é uma realidade visível. Dentro da lógica neoliberal, o Estado tende a se utilizar desses movimentos culturais emergentes como estratégia de manutenção do poder, relacionando-se com eles através de atitudes filantrópicas, destituídas de intencionalidade de potencialização e de desenvolvimento. O que é bastante comum é a omissão do aparelho estatal nesse tipo de perspectiva verdadeiramente positiva. Para realizar ações contundentes esses movimentos culturais são obrigados a atrelarem-se a intermediários institucionalizados para efetivamente conseguir visibilidade. Exemplo disso é o apoio que a Igreja católica cearense vem disponibilizando a maioria das etnias indígenas do Ceará, através do CIMI (Conselho Indigenista Missionário).

Nossa Constituição, apesar de ser modelo de Lei *Mater* democrática tem alcance limitado, diante da complexidade da vida prática. Em relação aos indígenas reza:

Capítulo VIII

Dos Índios

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os **direitos originários sobre as terras** que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º São **terras** tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º As **terras** tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

§ 3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em **terras** indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

§ 4º As **terras** de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis. [...] (CONSTITUIÇÃO FEDERAL) grifos nossos.

É simples enxergar que, juridicamente e efetivamente a posse e a garantia da terra são confirmadas, porém problemas reais advindos dessa posse perpassam o limite de tal garantia, dessa forma limitando a ação estatal em relação ao indígena.

Politicamente, organizam-se internamente em assembléias, através de reuniões deliberativas a cada quinze dias. A tribo possui, atualmente, três formas de organização político-burocrática para tratar de assuntos internos e coletivos: o Conselho Indigenista Jenipapo-Kanindé, a Associação de Mulheres Indígenas e Conselho de Saúde da Criança. Todos estes são devidamente registrados em cartório, possuem eleições para diretoria e para membros participantes. São formas de representação jurídica, e suas gestões são decididas de forma coletiva e democrática dentro da própria comunidade. Percebemos que essas formas de organização comunitária resulta da nova auto referência que os partícipes constituíram após o movimento indigenista. Ao longo desses últimos dez anos, essas instituições representativas vêm galgando estratégias para melhorar as condições de vida dos moradores da “Encantada”, ao mesmo tempo em que estimula uma reelaboração étnica recém conquistada. Tais indícios são explicitados com a alegria instantânea que as crianças demonstram ao dançarem o torém, em momentos de reunião para festejos, ou mesmo a pedido de algum visitante. Ou mesmo quando a Associação das Mulheres Indígenas organiza o I Seminário das Mulheres Indígenas Jenipapo-Kanindé, de 07 a 09 de abril de 2006.

Promovido pela comunidade indígena Jenipapo-Kanindé, o Seminário, segundo informou a líder Maria de Lourdes da Conceição Alves, a cacique Pequena, teve como proposta discutir os problemas da comunidade com representantes da Fundação Nacional do Índio (Funai), Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Secretaria da Educação do Estado (Seduc) e Prefeitura de Aquiraz (www.cedefes.org.br)

Apesar de uma ação localista de atuação restrita, o Seminário exemplifica, claramente, a intermediação entre a comunidade indígena e os órgãos do Estado, no âmbito municipal, estadual e federal. Ao longo dos três dias, índios e Estado estabeleceram um debate sobre as dificuldades mais latentes dentro da comunidade. O tema principal abordado foi a terra, que já está garantida por reconhecimento realizado pela FUNAI, porém não foi demarcada fisicamente, o que facilita o trânsito de pessoas desconhecidas dentro do território. Em um segundo momento a questão da saúde foi reivindicada, no que diz respeito ao amparo e participação mais efetiva nos programas governamentais, principalmente para crianças e idosos. E por último, a educação obteve um lugar de destaque, quando foi solicitado, junto a Secretaria de Educação do Estado, a construção de uma nova sede para a Escola Diferenciada de Ensino Fundamental Jenipapo-Kanindé. Propostas de mudanças e indicações de novos rumos surgiram, a partir do diálogo entre o movimento social e Estado. Momento ímpar da organização política do grupo, o evento simbolizou a solidificação de uma nova postura de comportamento político dos indígenas, no que tange a auto afirmação do sentimento de pertença étnica dos Jenipapo-Kanindé.

O que ambicionamos demonstrar ao longo deste artigo foi que, mesmo com limitação e dificuldades, o movimento indígena Jenipapo-Kanindé vem apresentando boa articulação política, através de sua organização coletiva e sua liderança atuante.

REFERÊNCIAS

- BARBALHO, Alexandre. **Relações entre estado e cultura no Brasil, Ijuí**: Ed UNIJUÍ, 1998.
- BEZERRA, Roselane G. **O despertar de uma etnia: o jogo do (re)conhecimento da identidade indígena Jenipapo-Kanindé**. Fortaleza, Dissertação de Mestrado/UFC, 1999.
- _____; SOUSA, C. Kleber S. de. **Os índios da lagoa da encantada: uma análise demográfica Autônoma**. Comunicação apresentada no V Encontro de Antropólogos do Norte/Nordeste, Recife, 1997.
- CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS (orgs), Ronaldo. **Domínios da história: ensaio de teoria e metodologia**, RJ: Elsevier, 1997.
- CERTEAU, Michel. **A cultura plural**. Campinas. SP: Papirus, 1995.
- _____. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- DUPAS, Gilberto. Uma urgente demanda por um novo Estado. IN____ **Economia global e exclusão social**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- MELO, Marcus André. As sete vidas da Agenda pública brasileira. IN____ **Governance e reforma do Estado: o paradigma agente-principal**, **Revista do Serviço Público**, nº 01, 1996.
- ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura**. SP: Ed Brasiliense, 1994.
- PORTO ALEGRE, Maria S. Aldeias indígenas e povoamento do Nordeste, no final do século XVIII: aspectos demográficos da 'cultura de contato'. **Ciências Sociais Hoje**. pgs. 195-218, 1993.
- SOUSA, Carlos Kleber Saraiva de. **Identidade, cultura e interesse: A Territorialidade dos Índios Jenipapo-Kanindé do Ceará**. Dissertação de Mestrado/UFC, Fortaleza – CE, 2001
- Sites visitado:
- <http://opovo.com.br> 15/06/2006
- www.cedefes.org.br 10/04/2006
- www.cimi.org.br 06/01/2005
- www.socioambiental.org (sem data)
- www.unb.br 10/04/2002